

LUCIA CHAMLIAN MUNARI

MEMÓRIA SOCIAL E ECOLOGIA HISTÓRICA: A
AGRICULTURA DE COIVARA DAS POPULAÇÕES
QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA E SUA
RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DA MATA
ATLÂNTICA LOCAL

Dissertação apresentada ao
Instituto de Biociências da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção de Título de Mestre em
Ciências, na Área de Ecologia.

Orientador: Prof. Dr. Rui Sergio
Sereni Murrieta

São Paulo

2010

ECOLOGIA HISTÓRICA: UMA FERRAMENTA PARA ENTENDER AS MUDANÇAS

A fundamentação teórico-metodológica escolhida para este estudo foi extraída do programa de pesquisa de **ecologia histórica**, originado da **antropologia ecológica** (Balée, 2006a). Em linhas gerais, a antropologia ecológica é uma disciplina baseada no “estudo das relações entre as dinâmicas populacionais, organização social, culturas humanas e o ambiente em que vivem, (...) podendo ser realizado de forma comparativa ou como análise específica de uma população” (Orlove, 1980; p. 235). Os primórdios da antropologia ecológica surgiram na década de 1930, época em que a antropologia se institucionalizava como disciplina (Orlove, 1980). A partir de então, Julian Steward, dentre outros cientistas, incorporou o interesse em como o ambiente influencia certos elementos culturais (o **núcleo cultural** ou “*cultural core*”), mantendo a idéia de que as culturas preservam processos históricos autônomos. Em outras palavras, Steward procurava a conexão causal entre meios de subsistência e a estrutura social, dando grande importância para o uso dos recursos (Moran, 1990). Na época chamada de **ecologia cultural**, a abordagem de Steward enfatizava os recursos disponibilizados pelo ambiente por um lado, e tecnologia, demografia, organização social e econômica por outro (Orlove, 1980). Dessa forma, a abordagem teórica de Steward foi criada a partir da assimilação de uma perspectiva ecológica e funcionalista, do evolucionismo e do particularismo histórico de Franz Boas (Kottak, 1999; Peet & Watts, 1996). Como afirmou Moran (1990), a grande contribuição de Steward para a antropologia foi criar métodos de pesquisa com devida atenção para os detalhes empíricos e delimitar pela primeira vez o campo das interações entre homem e ambiente (Moran, 1990, p. 10).

Herdando o arcabouço teórico apresentado, a antropologia ecológica se consolidou como abordagem teórica na década de 1960, sendo

influenciada pelo movimento ambientalista do pós-guerra, que também ganhava projeção nesta época (Kottak, 1999; Peet & Watts, 1996; Moran, 1990). Os princípios da **ecologia de ecossistemas** assimilados neste momento empregavam a idéia de que os sistemas existentes na natureza são estáveis, fechados e evoluem de forma unidirecional até atingir o clímax, que seria um estado de equilíbrio dinâmico (Little, 1999; Moran, 1990). Tais idéias foram facilmente assimiladas pela antropologia, pois, sendo elaboradas em termos de estrutura, função e equilíbrio, possibilitavam a criação de princípios comuns entre a ecologia e a antropologia (Moran, 1990). Com tal influência, os conceitos ecológicos passaram a ser aplicados diretamente à esfera social (Peet & Watts, 1996). Nesta tendência, Andrew Vayda e Roy Rappaport, dentre outros estudiosos, utilizavam a idéia de que a organização social e a cultura são adaptações funcionais das populações ao ambiente, que então as permitem explorar de forma bem sucedida e equilibrada os recursos naturais, sem exceder a capacidade suporte do sistema (Orlove, 1980; Kottak, 1999; Peet & Watts, 1996). A **cultura** era vista como um regulador da estabilidade ambiental, assim como qualquer outro atributo ecológico (Peet & Watts, 1996). Neste momento, ocorreram mudanças de unidade de análise, que passou dos padrões culturais – principalmente aqueles referentes ao sistema de subsistência – para **população** ecológica e **ecossistema** (Orlove, 1980; Kottak, 1999). Entretanto, diversas sociedades estudadas sob tal abordagem eram parte de políticas econômicas abrangentes, complexas e abertas, o que contradizia os preceitos mencionados (Peet & Watts, 1996, p. 5). Assim, tal escola, nomeada **neofuncionalismo**, foi apropriadamente criticada por seu reducionismo ecológico, ao compreender os processos adaptativos e as dinâmicas naturais como parte de **sistemas fechados** e em **equilíbrio** (Orlove, 1980; Kottak, 1999; Peet & Watts, 1996).

Na década de 1970, o apelo do **Marxismo** e da **economia política**, além da proliferação de estudos de sociedades camponesas que privilegiavam a

ênfase na produção em detrimento da preocupação com as relações ecológicas, impulsionaram os cientistas a considerar a perspectiva da economia global nos estudos de sociedades camponesas (Peet & Watts, 1996). Orlove (1980) demonstrou que o neofuncionalismo foi sendo substituído por uma **antropologia ecológica processual**, em que modelos de tomada de decisão individual passaram a ser relacionados a abordagens político-econômicas, de forma a integrar ações locais a contextos mais amplos (ver também Little, 1999). Paralelamente, com o advento de novas ferramentas e da experiência acumulada em pesquisa, os resultados têm levado os ecólogos a conclusão de que os sistemas da natureza estão sujeitos a transformações, que são naturais, inevitáveis, e ocorrem em todas as escalas temporais e espaciais (Walters & Vayda, 2009). As espécies, por sua vez, respondem a estas mudanças de forma independente umas das outras, e o resultado é um mosaico de interações e associações ecológicas em constante transformação ao longo da paisagem (Walters & Vayda, 2009, p. 536). Dessa forma, a idéia de equilíbrio foi substituída pela ênfase em distúrbio, catástrofe e dinâmicas em não-equilíbrio (Little, 1999). Das críticas voltadas à ecologia de ecossistemas surgiu a nova antropologia ecológica (Kottak, 1999), cujas teorias e análises substituíram a idéia de que populações evoluem e sobrevivem como sistemas fechados, seja ecologicamente, culturalmente ou economicamente, mudando a escala de análise de um contexto local para o global. Assim, a antropologia ecológica passou a integrar a dimensão político-econômica e a considerar a importância da **tomada de decisão individual** como parte indissociável de todos os processos que atuam no engajamento das sociedades humanas, com o mundo natural (Orlove, 1980; Kottak, 1999; Little, 1999). A partir de então, entre as décadas de 1970 e 1980, diversos campos de pesquisa emergiram, dentre eles a **ecologia política**, a **antropologia ambiental** e – o mais importante para esta pesquisa – **a ecologia histórica** (Little, 1999; Peet & Watts, 1996).

A ecologia histórica, especificamente, procura reconhecer os aspectos históricos envolvidos na relação entre as sociedades humanas e os ecossistemas em que habitam, sendo o ecossistema o seu espaço de vida, natural e construído. Ou seja, a ecologia histórica procura entender como as ações humanas afetam um ecossistema ao longo de intervalos de tempo e de espaço, e como as relações culturais, sociais e ecológicas estabelecidas se configuram na organização social e na formação da paisagem (Lunt & Spooner, 2005; Wu & Hobbs, 2002; Rival, 1998; Balée, 1998, 2006a). Assim, a paisagem é vista como a manifestação material da relação entre o homem e o ambiente (Little, 1999). A inclusão da dimensão espacial é, como afirmou Little (1999), uma forma de assimilar a geografia às análises antropológicas e, dessa forma, perceber a paisagem como um produto ou resposta de decisões humanas do passado, que assim pode auxiliar na compreensão de mudanças ambientais (Little, 1999; Crumley, 1994). A pesquisa em ecologia histórica é realizada através da investigação da história social e econômica e sua interação com as dinâmicas ecológicas locais. Este tipo de pesquisa também busca compreender as práticas materiais exercidas sobre o meio através do conhecimento e registro das relações sociais e representações culturais referentes à população estudada (Uotila *et al.*, 2002; Rival, 1998).

Além disso, essa abordagem leva em consideração a articulação entre as comunidades e “forças externas, engajadas em contextos socioeconômico e político em transformação” (Brondizio, 2006). Em outras palavras, a percepção temporal sobre a interação homem-meio ambiente, bem como dos fatores que interferem nessa relação, fornece subsídios para a concepção de como as culturas humanas, presentes e passadas, atuam na formação das “paisagens culturais” (Balée, 1998, 2006a; Balée & Erickson, 2006; Crumley 1994, 1998, 2003; Erickson & Balée, 2006; Redman, 1999). Por fim, a ecologia histórica pode explicar as ligações existentes entre os padrões de assentamento, migração, manejo ambiental e mudanças demográficas

(Brondizio, 2006), bem como as implicações desta interação na sobrevivência e evolução histórica das sociedades humanas (Balée, 2006a, 2006b).

A escolha da ecologia histórica como a abordagem para esta pesquisa justifica-se pela escolha de determinadas ferramentas e perspectivas para a compreensão de determinado evento ou processo referente à relação homem-ambiente. Entretanto, a ecologia histórica compartilha diversos postulados com outras disciplinas e abordagens de raiz similar (como descrito anteriormente), podendo ser tratadas como sinônimos dependendo do evento estudado ou da ênfase aplicada (Balée, 2006a). Como a história ambiental, por exemplo, a ecologia histórica é um programa de pesquisa que tem como enfoque a história das **interações ecológicas** (Little, 1999). Ambas estabelecem diálogo com diversas disciplinas, abordando dessa forma as diversas facetas incluídas na relação de coexistência entre os ambientes naturais e as sociedades humanas. A **história ambiental** tem o seu enfoque histórico na **tecnologia produtiva**, em seu papel na organização do trabalho humano e da natureza, ou seja, das relações ecológicas humanas, enfatizado essencialmente a perspectiva histórica de tais aspectos (Worster, 2003; McNeill, 2003). A ecologia histórica, por sua vez, exerce maior dedicação ao **conhecimento tradicional local**, incorpora **dimensões temporais** e **espaciais** de análise e é um tipo de pesquisa realizado de forma mais colaborativa, reunindo diversas fontes de informação (Balée, 2006a; McNeill, 2003). A ecologia política é uma agenda de pesquisa também comparada à ecologia histórica, pois, como a última, procura entender as relações complexas entre o homem, o ecossistema e políticas em diversas escalas, desde as locais até as globais, criando, dessa forma, uma abordagem mais refinada na reconstituição das paisagens do passado e do presente (Peterson, 2000; Balée, 2006a). O aumento da importância da inclusão de uma escala global é, nesse caso, o reflexo da dimensão mundial que os problemas ambientais têm adquirido, assim como da recente intensificação dos processos de

globalização (Little, 1999). Estabelecendo o diálogo entre a geografia, a economia política e preocupações ambientais, a ecologia política desenvolveu, ao longo dos anos, uma abordagem crítica em que predominam conceitos como conflito, poder, direitos legais e reivindicação (Little, 1999; Peet & Watts, 1996). Tal abordagem é capaz de abranger uma ampla gama de questões como: a origem social da degradação, a pluralidade de percepções e definições de problemas ecológicos, a necessidade do enfoque sobre o indivíduo que maneja o solo (suas oportunidades e limitações) e a pressão da produção sobre os recursos naturais (Peet & Watts, 1996, p. 6). Entretanto, a ecologia política dedica maior ênfase às dimensões político-econômicas negligenciando, algumas vezes, as dinâmicas e os aspectos ecológicos de tais relações (Peterson, 2000; Walters & Vayda, 2009).

Como um programa de pesquisa, a ecologia histórica é uma combinação de instrumentos científicos e postulados interdependentes das ciências sociais e naturais (Balée, 2006a; Erickson & Balée, 2006; Balée, 1998; 2006a; Crumley, 1994; 1998; 2003). Ela não se utilizou de teoria própria para desenvolver as ferramentas conceituais necessárias para a interpretação de comportamentos, textos e artefatos; mas herdou-as da **antropologia histórica** (Whitehead, 1998). A abordagem antropológica na compreensão da prática histórica e ecológica dos indivíduos, ou seja, as formas de atividade humana que estruturaram – e ainda estruturam – os usos do ambiente e nele são registradas inclui: **dimensões temporais, espaciais e culturais** (Crumley, 1994; Whitehead, 1998).

Nas pesquisas de ecologia histórica, a investigação a respeito de sociedades humanas do passado é realizada através de métodos que investigam **vestígios arqueológicos** e **registros historiográficos**, dentre outros. Para investigar sociedades que apresentam relação histórica com determinados ambientes e que ainda são existentes, métodos como a

etnografia e a história oral são adequados para investigar a memória social local e fontes bibliográficas que, por sua vez, fornecem informações primordiais e estratégicas. A memória social é uma construção coletiva do passado de um grupo, de seu histórico e identidade, pois constitui o referencial de suas origens transmitido através das gerações (Thompson, 1992; Lima & Alencar, 2001). No entanto, esta construção ocorre através de condições sociais vivenciadas no presente, pois lembrar envolve o esforço de repensar o que ocorreu em situações passadas com o uso de referenciais do momento (Popular Memory Group, 2006). A memória reconstitui, reinterpreta e preserva experiências e relações com as individualidades e coletividades do passado e no curso da vida cotidiana, caracterizando um processo ativo de criação (Maroti & Santos, 2001). Em outras palavras, lembrar não significa convocar uma imagem interna, mas se engajar perceptivelmente com o ambiente, que por sua vez está impregnado com o passado (Ingold, 2000; Kuchler, 1993). Dessa forma, passado e presente reproduzem-se mutuamente no imaginário coletivo. Recordar aspectos tanto das relações humanas como das relações do homem com o meio, configura-se como um ato presente (Lima & Alencar, 2001).

A percepção do ambiente (ou da paisagem), da qual depende a construção da memória social, é um processo que ocorre em fluxo bidirecional. Ao mesmo tempo em que o homem adquire conhecimento prático do ambiente através da percepção, ele atribui-lhe significados e valores, que são por sua vez construídos a partir de um padrão de atividades diárias e incorporados nos contextos relacionais de engajamento com o primeiro (Ingold, 2000). A percepção é formada por domínios espaço-temporais de pensamento, contextualizados histórica e geograficamente (Barrera-Bassols & Toledo, 2005). Desta perspectiva, a paisagem passa a ser considerada um artefato de construção cultural (Ingold 1996; Ellen, 1996; Balée, 2006b), no qual são registradas as práticas materiais das sociedades

humanas (Erickson & Balée, 2006; Rival, 1998; Crumley, 1994; Nazarea, 1998; Rival 2002, 2006, apud Balée, 2006a). Em suma, a paisagem e as maneiras como é percebida são o subproduto da relação entre percepção e memória, presente e passado, realidade sensorial e criação simbólica (Kuchler, 1993; Maroti, 1997). Assim, o estudo da memória social é uma ferramenta fundamental para a compreensão das lógicas culturais subjacentes ao processo histórico de formação e transformação das unidades paisagísticas (Kuchler, 1993; Lawi, 1999).

Para compreender o componente ecológico da interação entre o homem e o meio em que vive, e assim complementar a perspectiva antropológica dessa relação, a ecologia histórica utiliza pressupostos teóricos e ferramentas da **ecologia de paisagens**. A ecologia de paisagens é um programa de pesquisa que tem por enfoque central a interação entre as dinâmicas espaciais (como estrutura e configuração da paisagem) e os processos ecológicos (Metzger, 2001; Turner, 2005b; Pivello & Metzger, 2007; Murphy & Lovett-Doust, 2004). Atualmente, este programa é aplicado a estudos com duas facetas distintas: uma geográfica e outra biológica. Na primeira, que é mais antiga e de tradição europeia, a ecologia de paisagens “privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território” (Metzger, 2001, p 1; ver também Pivello & Metzger, 2007 e Turner, 2005b), onde a paisagem é vista exclusivamente como fruto da interação da sociedade com a natureza. No caso da faceta biológica, que é mais recente e de tradição norte americana, a ecologia de paisagens “ênfatisa a importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos e a importância destas relações em termos de conservação biológica” (Metzger, 2001, p 1; ver também Turner, 2005a e Pivello & Metzger, 2007). Para a ecologia histórica (como em outros casos), entretanto, tais facetas não são dissociadas. A paisagem (das florestas, por exemplo) e sua estrutura, como um produto da existência histórica e percepção humanas, é determinante sobre os

processos ecológicos locais. Como salientou Metzger (2001), inclusive, unificar estes conceitos é um dos principais desafios da ecologia de paisagens para se consolidar como disciplina. Assim, com o advento da ecologia de paisagens e o desenvolvimento de softwares especializados, tornou-se possível caracterizar, com ferramentas quantitativas, a heterogeneidade espacial (Metzger, 2001; Turner, 2005a); e assim analisar e avaliar a variação temporal e espacial de uma paisagem em escala humana, ou seja, em seu contexto ambiental, socioeconômico e cultural, através da compreensão de sua estrutura e função (Brondizio, 2006; Wu & Hobbs, 2002; Brondizio *et al.*, 1994; Crumley, 1994).

Por fim, a vida humana é vista, pela ecologia histórica, como um processo histórico que transforma a paisagem em que vive. A paisagem vivenciada pelo homem, por sua vez, expressa ações humanas do passado e pode moldar práticas presentes (Balée, 2006a; Ingold, 1996). Embora o homem seja o principal causador de distúrbios nos ecossistemas (Lunt & Spooner, 2005), as consequências proporcionados podem variar em uma escala de impactos dos menos extensivos aos mais degradantes (Uotila *et al.*, 2002). Os eventos históricos, por sua vez, têm um papel importante na ecologia, pois podem causar efeitos geralmente irreversíveis na estrutura e dinâmica dos ecossistemas do presente (Lunt & Spooner, 2005). Além disso, alguns padrões espaciais de distribuição biológica encontrados nas paisagens podem estar associados a sistemas culturais de direito de acesso aos recursos naturais e posses da terra (considerando áreas comuns ou privadas destinada a todo tipo de uso), estabelecido e empregado no passado. Sendo fruto das decisões humanas, os sistemas de posse geram um arranjo lógico e então previsível na paisagem (Lunt & Spooner, 2005).

Ao incorporar o manejo humano como uma variável explanatória, alguns padrões ecológicos podem ser interpretados mais facilmente. No

entanto, estes sistemas são diretamente influenciados por instituições de diversos tipos, ou seja, a distribuição e uso dos recursos são determinados por relações político-econômicas (mercado, governo e poder local) (Brondizio, 2006; Balée, 2006a, 2006b). As mudanças que ocorrem em contextos político-econômicos proporcionam então mudanças nas práticas diárias, que geram conseqüentemente rearranjos dos sistemas locais de distribuição dos recursos. Assim, a ecologia histórica postula que mudanças que ocorrem em estruturas de grande escala, em contextos nacionais ou até globais, se refletem em mudanças na composição das paisagens locais (Peluso, 1996). Como demonstrado nesta revisão, portanto, a ecologia histórica é um programa de pesquisa adequado aos objetivos propostos para o presente estudo, pois abrange os aspectos da interação entre sociedades humanas e o ambiente dos quais pretendemos discorrer, além de permitir a inclusão de contextos político-econômicos e culturais mais amplos nas análises.